



Moreira Moritz/Senado Federal



Senador Acir Gurgacz (2º à esq.) ouve representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre programa que oferece plataforma digital para agricultores familiares

Previdência complementar para servidor terá urgência

Novo sistema proposto só valerá para quem ingressar no serviço público federal após a criação do primeiro dos fundos de pensão dos três Poderes

Aprovada na Câmara, proposta do Executivo que limita as aposentadorias dos servidores públicos ao teto do Regime Geral da Previdência Social (hoje de R\$ 3.916,20)

chegou ao Senado com urgência constitucional, solicitada pela presidente Dilma Rousseff. Ou seja, o projeto terá prazo de 45 dias para deliberação dos senadores antes de trancar a pauta. **3**

Mais eficiência para a produção familiar

Em debate na CRA, representantes do governo dizem que o Programa Rede Brasil Rural espera oferecer, por meio digital,

a agricultores familiares reunidos em associações e cooperativas, facilidades para vender sua produção e adquirir insumos. **7**

MP que beneficia café e cinema tranca a pauta 8

Balanço do trabalho das comissões em fevereiro 6

Ocupação urbana do DF tem debate ao vivo na TV 7



Crivella toma posse e promete dobrar consumo de peixe no país **7**

Jane Araújo/Senado Federal

Imposto sindical põe centrais em campos opostos

CUT quer substituir o desconto feito em março por contribuição negociada em assembleia, mas Força Sindical diz que isso põe em risco a defesa dos trabalhadores. Paulo Paim critica o "ilógico debate fraticida". **4 e 5**

Mobilização só é possível com recursos do imposto, segundo a Força. Para a CUT, sistema favorece "sindicatos de gaveta"



Sinergov-CE

Romero Jucá comemorou a chegada do sinal digital aberto para mais 19 capitais, entre elas Boa Vista. Ana Amélia destacou papel relevante da TV para a transparência dos trabalhos do Congresso

Ampliação do sinal digital da TV Senado é elogiada

A AMPLIAÇÃO DA transmissão da TV Senado em sinal digital aberto para mais 19 capitais, inclusive Boa Vista, foi comemorada por Romero Jucá (PMDB-RR), em pronunciamento na sexta-feira. Ele cumprimentou o presidente do Senado, José Sarney, e o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, pela assinatura de portarias autorizando a ampliação.

— Quero agradecer ao presidente Sarney, ao ministro Paulo Bernardo e registrar o excelente trabalho feito pelo doutor Fernando Cesar Mesquita à frente do sistema de comunicação do Senado.

O senador observou que a transmissão das atividades parlamentares em TV aberta contribui para a democracia.

— A TV Senado chega a Boa Vista no canal 57, junto com a assembleia legislativa, ampliando os debates, ampliando os horizontes de informação e reforçando a democracia no nosso país.

As autorizações do Ministério das Comunicações abran-

gem inicialmente 19 capitais e, em 15 dias, incluirão outras seis. Como Brasília e São Paulo já estão autorizadas, a TV Senado com qualidade digital e em sinal aberto chegará a todas as capitais brasileiras.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) se associou aos cumprimentos de Romero Jucá.

Repórter Senado

Ana Amélia (PP-RS) também celebrou em seu pronunciamento na sexta-feira a assinatura das portarias. Na opinião da parlamentar, “isso só demonstra o papel relevante da TV Senado para a transparência do Congresso e para a valorização do trabalho dos senadores, tanto nas comissões temáticas quanto no Plenário”.

Ana Amélia registrou ainda a veiculação do programa *Repórter Senado*, que traz especial sobre dependência química. O programa da TV Senado, informou, apresenta dados coletados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) indicando que

98% das cidades brasileiras já apresentam indícios de uso do crack, droga que se espalha por todas as regiões e por todas as classes sociais.

O problema, explicou a senadora, foi abordado pela equipe de reportagem sob três pontos de vista: o do usuário, o das comunidades terapêuticas e o das equipes de repressão ao tráfico. O *Repórter Senado* foi ao ar nesse final de semana e está disponível pela internet em <http://www.senado.gov.br/tv>.

Cidadania

Ainda sobre o tema, a senadora informou que gravou participação no programa *Cidadania*, previsto para ir ao ar de 3 a 9 de março.

— Estamos justificando o trabalho que a TV Senado faz para justificar o trabalho que fazemos aqui — declarou.

O programa traz ainda a participação de especialista em apoio às famílias dos usuários de drogas, a professora da Universidade de Brasília (UnB) Maria Fátima Sudbrack.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Segunda-feira

Plenário Sessão especial

11h Sessão especial para homenagear o Barão do Rio Branco, por ocasião do centenário de seu falecimento. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

Presidência Barão do Rio Branco

11h O presidente do Senado, José Sarney, participa de homenagem, no Plenário, ao Barão do Rio Branco.

CDH/CAS Decisão do TST

9h As comissões de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais debatem decisão do TST que permite o uso do cadastro de inadimplentes para contratação de empregado.

CPI CPI do Tráfico de Pessoas

9h30 A CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas promove audiência pública em Manaus. O secretário nacional de Justiça, Paulo Abrão, é um dos convidados.

CRE Crise na União Europeia

18h A comissão debate, no ciclo sobre política externa brasileira (2011–2012), a crise da União Europeia com, entre outros, o embaixador da França, Yves Saint-Geours.

Terça-feira

CMA/CCT/CRE Estação Comandante Ferraz

8h30 As comissões debaterão as providências para a reconstrução da Estação Comandante Ferraz, além de discutir a continuidade do Proantar. Entre os convidados, os ministros da Defesa, Celso Amorim, e da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp.

CAE Proibição de cobrança antecipada

10h O primeiro item da pauta é o projeto que proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado.

CE Dedução no IR para livros técnicos

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte vota projeto que permite a dedução no Imposto de Renda de despesas com livros técnicos ligados à área profissional.

CDR Logística aeroportuária

14h Quarto painel do ciclo de debates que examina os entraves ao desenvolvimento regional no país. Os senadores vão debater logística aeroportuária.

Quarta-feira

Aviação civil Problemas do setor

9h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil ouviu Juliano Alcântara Noman, secretário de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil; Respício Antônio do Espírito Santo Junior, professor da UFRJ; e Rogério Coimbra, secretário de Política Regulatória.

CAS Seguro-desemprego para trabalhadoras

9h Projeto que amplia para seis meses o seguro-desemprego para a trabalhadora chefe de família consta da pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

CCT Atendimento a pessoas com deficiência

9h A comissão examina projeto que obriga as prestadoras de telecomunicações a oferecerem planos para atendimento a pessoas com deficiência auditiva ou da fala.

CCJ Reforma política

10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, proposta que trata da reforma política.

Quinta-feira

Subcomissão Segurança Pública

8h30 Audiência da Subcomissão Permanente de Segurança Pública para discutir os problemas atuais de segurança e as leis penais no país.

CI Isenção de tributos

9h Na pauta, projeto que reduz a zero as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins e isenta de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião conjunta das comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



TV reforça democracia no país, afirma Romero Jucá



Ana Amélia destaca programação de qualidade

Senado presta homenagem ao Barão do Rio Branco

O Senado realiza hoje, a partir das 11h, sessão especial para homenagear o Barão do Rio Branco, por ocasião do centenário de seu falecimento. A iniciativa é de Jorge Viana (PT-AC).

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, nasceu no Rio de Janeiro em abril de 1845. Advogado, político, jornalista, historiador e diplomata, desempenhou relevante papel na consolidação das fronteiras nacionais. Faleceu na mesma cidade, em fevereiro de 1912.

Para Viana, o momento mais significativo da trajetória do Barão do Rio Branco — à época à frente do Ministério

das Relações Exteriores — foi sua defesa dos interesses nacionais na disputa com a Bolívia pelo que hoje é o território do Acre.

“A determinação da população local na luta pela nacionalidade brasileira, reconhecida pelo poder central, terminou vitoriosa com a assinatura do Tratado de Petrópolis, consolidando o nome do Barão do Rio Branco como a grande referência da diplomacia”, afirma o senador.

Hoje, Rio Branco dá nome à capital do Acre. O barão também é inspiração para o instituto de ensino superior para formação de diplomatas, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (Instituto Rio Branco).



Reprodução/Senado Federal

Consulta a cadastros de devedores é tema de debate

A primeira audiência pública da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social acontece hoje e vai tratar da decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que permite às empresas consultar cadastros de serviços de proteção ao crédito antes de contratar novos empregados.

Outro dos 50 temas a ser discutidos este ano no colegiado é o projeto que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público

Federal (Funpresp), aprovado quarta-feira pela Câmara.

Paulo Paim (PT-RS), presidente da subcomissão, também destacou entre os temas de debate o fator previdenciário e a proposta que institui piso salarial nacional para policiais e bombeiros militares (PEC 300/08).

— Previdência universal, igual para todos, princípio que defendo, é sem fator e com integralidade e paridade. Mas é na subcomissão que vamos debater a questão — disse.

A lista de temas inclui: redução da jornada de trabalho sem redução de salários, saúde e segurança no trabalho, política salarial para aposentados e pensionistas e as fontes de recursos da Previdência Social, que, de acordo com Paim, não é deficitária.

— Se ela estivesse falida, não haveria tanta renúncia fiscal. Na seguridade social, só este ano, há mais de R\$100 bilhões de renúncia no orçamento — afirmou o senador.



Paim destaca que subcomissão ainda debaterá previdência de servidores

Armando quer equiparar regimes de previdência

“Equiparar os regimes de previdência geral e pública é mais do que fazer justiça social: é caminhar para disciplinar os gastos do governo, com reflexos nos custos do financiamento da dívida pública a longo prazo, possibilitando uma queda consistente das taxas de juros”, afirmou Armando Monteiro (PTB-PE).

Para o senador, o projeto de lei que institui o regime de previdência complementar

para os servidores públicos federais, já aprovado na Câmara, poderá ser aprimorado com a contribuição do Senado. Armando afirmou que o déficit da previdência do setor público atingiu R\$ 56 bilhões em 2011, valor que supera os R\$ 42,5 bilhões reservados para investimentos em habitação, rodovias, ferrovias e saneamento no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no mesmo ano. Ele ressaltou que o pagamento a 1,1 milhão de aposentados e pensionistas dos três Poderes federais somou R\$ 80 bilhões, enquanto as contribuições dos servidores não chegaram a R\$ 25 bilhões

Armando acrescentou que o país já gasta 11% de seu PIB em aposentadorias e pensões, com apenas 10% da população na terceira idade. “O envelhecimento do país, apontado pelo censo de 2010, torna o problema ainda maior”, disse.



Armando: projeto sobre previdência de servidor deve ser aperfeiçoado

Senadores têm 45 dias a partir da última sexta para analisar projeto sobre previdência complementar para servidores federais, já aprovado na Câmara, antes que comece a trancar a pauta de deliberações



Câmara aprova projeto, que valerá para quem ingressar no serviço público federal após criação de primeiro dos três fundos

Reforma da Previdência ganha urgência no Senado

OS SENADORES TERÃO prazo de cinco dias para propor emendas ao projeto que institui regime de previdência complementar dos servidores públicos federais. O anúncio foi feito na sexta-feira por Paulo Paim (PT-RS), que presidia a sessão não deliberativa.

Após tramitar desde 2007 na Câmara, a proposta do Executivo (PLC 2/12), que limita as aposentadorias pagas pela União ao teto do Regime Geral da Previdência Social, hoje fixado em R\$ 3.916,20, chegou ao Senado com urgência constitucional, solicitada pela presidente da República, Dilma Rousseff. Ou seja, terá prazo

de 45 dias para a deliberação dos senadores e, se não for votada nesse tempo, passará a trancar a pauta, impedindo outras votações.

O projeto, que autoriza a criação de três entidades fechadas de previdência complementar, será analisado simultaneamente pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ). As emendas dos senadores serão centralizadas na CAS.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que vai trabalhar pelo texto da Câmara. Na próxima semana, as comissões devem definir os relatores.

O projeto prevê:

Serão criados **três fundos**: Executivo, Legislativo e Judiciário
A União fará aportes iniciais:
•Funpresp-Exe (Executivo): R\$ 50 mi
•Funpresp-Leg (Legislativo): R\$ 25 mi
•Funpresp-Jud (Judiciário): R\$ 25 mi
Lei só atingirá **novos servidores**
Atuais servidores poderão **optar** pelo novo sistema nos dois primeiros anos
R\$ 3.916,20 será o teto de benefício pago pela Previdência Social
A contribuição à Previdência será de **11%**, limitada ao teto
Para receber **acima disso**, servidor deverá **contribuir** com o novo fundo
A contribuição ao fundo é **opcional e variável** e terá **contrapartida da União**, no mesmo percentual, limitada a **8,5%**
Quem ganha **até** R\$ 3.916,20 poderá contribuir, mas sem contrapartida
Contribuição **não garante paridade** com salários dos servidores da ativa

Fundos deverão ser criados em até seis meses após a sanção da lei

O novo sistema de previdência só vale para quem ingressar no serviço público federal após a criação do primeiro dos fundos de pensão dos três Poderes. A proposta fixa em 180 dias o prazo para a instalação das entidades que administrarão os três fundos — Funpresp-Exe (do Executivo), Funpresp-Leg (do Legislativo) e Funpresp-Jud (do Judiciário). Não há previsão de fundo específico para o Ministério Público Federal, que poderá aderir ao do Judiciário.

Quando o primeiro fundo estiver funcionando, quem ingressar no serviço público

federal vai contribuir com 11% para a Previdência até o limite do regime geral, que passa a ser também o teto para a aposentadoria paga pela União. Se quiser um valor maior, o servidor terá que contribuir para o fundo de pensão do Poder em que trabalha. Essa contribuição é opcional e variável, mas a contrapartida da União, no mesmo percentual do servidor, será limitada a 8,5%.

O servidor que ganha até R\$ 3.916,20 poderá contribuir com o fundo de pensão e obter o direito a aposentadoria complementar, mas não terá a contrapartida da União.

União fará aportes iniciais de capital para os três fundos

As entidades fechadas de previdência complementar devem começar com aporte da União de R\$ 50 milhões (Executivo), R\$ 25 milhões (Legislativo) e R\$ 25 milhões (Judiciário). A previsão é de que o fundo de pensão dos servidores do Executivo seja o maior do país, desbancando a Previ, do Banco do Brasil.

As entidades terão de fazer licitação pública para contratar administradores de carteiras ou fundos de investimentos para gerir os recursos garantidores dos planos de benefício. Cada contratada poderá administrar no máximo 20% dos recursos.

Nova previdência do servidor é tema de palestra no Senado

Com o texto final aprovado na última quarta-feira pelos deputados, o projeto de lei (PL 1.992/07) que trata da previdência complementar para os servidores públicos federais foi tema de palestra na quinta-feira. Promovida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, a exposição esteve

a cargo do consultor legislativo Gilberto Guerzoni Filho.

O projeto prevê que quem ingressar no serviço público após a vigência das novas regras terá sua aposentadoria limitada ao teto do regime geral, atualmente fixado em R\$ 3.916,20. Para obter aposentadoria maior, o servidor

terá que contribuir com o fundo de previdência complementar do Poder a que é vinculado. O servidor que ganha até o teto poderá contribuir com o fundo e obter o direito a aposentadoria complementar, mas não terá a contrapartida da União na formação desse montante.

Na prática, quem se aposentar sob as novas regras não terá direito à paridade com salários dos servidores da ativa, pois os planos serão estruturados na modalidade de contribuição definida: só o que o servidor pagar será predefinido, e não o valor da aposentadoria ou pensão, que dependerá da

rentabilidade do fundo.

O projeto não afeta os atuais servidores, mas concede a eles a opção de aderir ao novo sistema no prazo de dois anos. Quem fizer essa opção — em caráter irrevogável e irretratável — terá direito a benefício, calculado com base nas contribuições feitas ao regime anterior.

Imposto sindical gera duelo de campanhas entre as centrais

TV, rádio e jornais divulgarão publicidade sobre o desconto anual feito em março para todos os trabalhadores, sindicalizados ou não. CUT quer sua extinção, Força Sindical diz que ele é fundamental

Marcio Maturana

O DIA DE trabalho que este mês será descontado do salário de todos os trabalhadores brasileiros motivou o lançamento, nos próximos dias, de duas campanhas publicitárias de sindicalistas: uma pelo seu fim e outra pela sua manutenção. O desconto é conhecido como imposto sindical, foi criado em 1940 e é feito sempre em março, mesmo para quem não é sindicalizado. Em 2011, isso totalizou mais de R\$ 1,7 bilhão. Além dos 43 milhões de trabalhadores com carteira assinada, também pagam imposto sindical autônomos, profissionais liberais e trabalhadores rurais. Até empregadores pagam, já que no Brasil patrões têm sindicatos, federações e confederações.

A campanha pela extinção será feita pela CUT — maior central do Brasil, com 38,3% de todos os trabalhadores sindicalizados. Ano passado, a CUT recebeu R\$ 35 milhões de imposto sindical e vai usar parte desse dinheiro para bancar publicidade contra o imposto em jornais, rádio e TV.

O presidente da CUT, Artur Henrique, argumenta que a substituição por contribuição negociada com os trabalhadores combateria "sindicatos de gaveta" — entidades que, segundo ele, só existem para ganhar o dinheiro do imposto e não atuam em defesa do trabalhador. Só no ano passado, segundo a CUT, o Ministério do Trabalho recebeu 1.207 pedidos de registros de sindicatos, chegando a 14.204 entidades (9.815 delas apresentando-se como representantes de trabalhadores) aptas a receber o imposto.

— Também faremos um plebiscito nacional. Queremos saber diretamente do trabalhador se ele quer substituir o imposto sindical pela contribuição negociada — acrescenta Artur Henrique. Quem participa da

campanha pela manutenção é a Força Sindical — segunda maior central do país, que em 2011 recebeu R\$ 32 milhões desses recursos. A Força e as outras quatro centrais reconhecidas pelo governo alertam que o fim do imposto poderia levar ao desmantelamento do movimento sindical. Em novembro, durante audiência na Câmara, o presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos, informou que o imposto gera 90% da receita das confederações e federações, assim como 30% da dos sindicatos. A Força Sindical confirma essas estimativas.

— A campanha será lançada em março e está inserida na mobilização pelo 1º de maio, Dia do Trabalhador. Vamos explicar que as conquistas só vêm com a contribuição de todos, para custear advogados, panfletagem, carros de som e outros gastos da atividade sindical — explica o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna.

Paim critica embate

Paulo Paim (PT-RS), que foi secretário-geral (1983-1984) e vice-presidente (1984-1986) da CUT, considera um equívoco as centrais promoverem um "ilógico debate fratricida". — É o momento de se unir para lutar contra os ataques aos trabalhadores, pois estamos sendo atropelados pelo poder econômico com projetos aqui mesmo no Congresso — afirma o senador.

Paim é autor do projeto de 248/06, que institui contribuição assistencial de 1% do salário bruto anual. O projeto foi aprovado no Senado, mas ainda está em análise na Câmara.

— Cheguei a esse percentual fazendo uma plenária com mais de mil representantes de centrais e confederações. Tem que primeiro aprovar isso, sem cair na bobagem de derrubar o atual sistema e depois ficar na expectativa — argumenta.



Professores em greve fazem manifestação em Minas Gerais: Força diz que imposto garante conquistas pela colaboração de todos, mas CUT quer sua substituição pela contribuição negociada, com valor a ser definido em assembleia

Lei prevê novo modelo de financiamento

A possibilidade de fim do imposto sindical, que em 1967 ganhou o nome oficial de contribuição sindical com a justificativa de que a maior parte do dinheiro não fica nos cofres públicos, vem sendo discutida há pelo menos seis décadas no Senado, na Câmara dos Deputados e no governo.

A própria Lei 11.648/08, que reconhece as centrais sindicais como representantes dos trabalhadores e determina que elas recebam 10% do imposto sindical, prevê que outra lei virá substituí-lo pela contribuição negociada, cujo valor seria definido anualmente em assembleia de cada sindicato.

Apesar de as seis centrais terem assinado termo de compromisso, em 2008, apoiando a substituição do imposto sindical pela contribuição negociada, todas mudaram de ideia, com exceção da CUT. As entidades alegam que perceberam depois que é grande o risco de mudanças prejudiciais aos trabalhadores durante

a tramitação da matéria no Congresso.

— O imposto sindical mantém toda a estrutura que defende os trabalhadores. Substituí-lo pela contribuição negociada pode multiplicar por quatro o valor que o trabalhador paga hoje. O projeto 248/06 [de Paulo Paim] fala em 1% de toda a remuneração recebida em um ano. Isso equivale a 13% de um salário mensal, em vez dos atuais 3,33% — afirma o deputado federal Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical.

Além do imposto sindical, os sindicatos brasileiros também são financiados pela mensalidade cobrada de quem é sindicalizado e pelas contribuições confederativa e assistencial. Esta última, aliás, é exatamente a contribuição negociada sugerida como substituta do imposto sindical. Ela já vem sendo cobrada de sindicalizados e não sindicalizados, logo após a assinatura do acordo coletivo, por praticamente todos os sindicatos, mas cada

trabalhador pode apresentar carta de oposição para não ser descontado. O Ministério Público do Trabalho entende que, como já existe o imposto sindical, a contribuição assistencial não pode ser cobrada de quem não é sócio.

— Hoje, o imposto sindical faz com que o sindicato represente todos os trabalhadores, inclusive quem não é sindicalizado. Na América Latina, só Brasil e Argentina conseguiram isso, garantindo reajuste salarial igual para toda a categoria — exemplifica Juruna.

Muitos sindicatos cutistas, que têm boas condições financeiras devido ao bom número de trabalhadores filiados, que pagam mensalidade, há anos oferecem a quem é sindicalizado a devolução do que recebem de imposto sindical (60% do que foi descontado no salário). A CUT, porém, não devolve a sua parte (5% do desconto) argumentando que boa parte dele vem sendo usado para conseguir a sua extinção.

Texto sobre liberdade tramita há 63 anos

“Ainda que aguarde apreciação do Senado já há 27 anos, a proposição tem um início muito mais remoto, pois se originou da Mensagem Presidencial 256, de 31 de maio de 1949, pelo então presidente Eurico Dutra.” Essa constatação faz parte do relatório que em outubro do ano passado foi entregue por Ricardo Ferraço (PMDB-ES) à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 16/84. O projeto estabelece que o Brasil ratifique a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, que estabelece liberdade sindical e o direito de sindicalização.

Com voto favorável, o senador ressalta em seu relatório que o “projeto acompanhou a mudança da capital para Brasília, o advento de duas novas constituições e a passagem de 16 presidentes da República”. A matéria foi retirada da pauta da CAS em dezembro do ano passado, devido a pedido de vista coletiva. É a única convenção considerada essencial pela OIT que ainda não foi ratificada pelo Brasil.

A controvérsia está na avaliação de que a liberdade sindical determinada pela convenção da OIT contraria o artigo 8º



Ferraço é o atual relator da proposta, hoje na Comissão de Assuntos Sociais

da Constituição federal, que determina a unicidade sindical ao proibir mais de um sindicato na mesma base territorial. Ferraço discorda dessa interpretação. Para ele, a liberdade defendida pela OIT se refere a autonomia dos sindicatos, sem interferência do Estado. A unicidade continuaria, com o critério de exclusividade para o sindicato que se estabelecer primeiro em determinada base territorial.

A campanha publicitária da CUT também vai falar a favor da ratificação da Convenção 87 da OIT, mas interpretando liberdade sindical como fim da unicidade. Artur Henrique explica que será feita coleta de

assinaturas pela ratificação da convenção até o aniversário de 30 anos da CUT, em 28 de agosto do ano que vem.

— Atualmente, burla-se a unicidade sindical. Como não há uma definição de categoria profissional, cria-se num mesmo município o “sindicato das costureiras de roupa branca”, depois o “sindicato das costureiras de roupa vermelha” e assim por diante. É preciso diferenciar unicidade sindical de unidade dos trabalhadores.

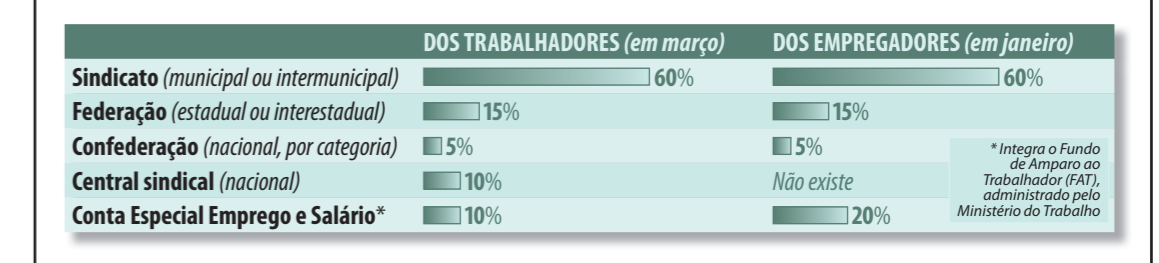
Ao contrário da CUT, a Força Sindical é contra o fim da unicidade.

— A extinção do imposto sindical “puxaria” o fim da unicidade sindical, e isso é muito perigoso para os trabalhadores — afirma Juruna.

O consultor legislativo do Senado José Pinto reforça que não há como falar em extinção do imposto sindical sem falar em fim da unicidade, mas alerta que para isso seria necessário mudar a Constituição.

— Além disso, no Brasil o setor econômico tem organizações poderosas que se beneficiam do imposto sindical, como CNI, CNDT e Fiesp [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo]. Por isso não acredito na sua extinção — afirma José Pinto.

Como é distribuído o dinheiro arrecadado



Placar empatado em julgamento do STF sobre repasse

O Supremo Tribunal Federal (STF) julga desde 2009 a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.067, em que o DEM questiona o repasse de 10% do imposto sindical às centrais sindicais, como passou a ser feito a partir de 2008. Por enquanto, o placar é de três ministros do STF contra o repasse (Joaquim Barbosa, Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski) e três a favor (Marco Aurélio Mello, Cármen Lúcia e Eros Grau — esses dois ainda não haviam se aposentado).

Faltam quatro votos, pois o ministro José Antonio Dias Toffoli está impedido de votar porque se posicionou contrário à ADI quando era advogado-geral da União. A votação está parada desde março de 2010, quando o ministro Carlos Ayres Britto, então presidente do órgão, pediu vistas do processo.

Numa reação à ADI do DEM, os deputados federais do PCdoB Daniel Almeida (BA) e Flávio Dino (MA), hoje

licenciado) e apresentaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 531/10, que garante o recebimento do imposto sindical pelas centrais.

A PEC está em análise na Comissão de Constituição de Justiça da Câmara.

As centrais passaram a ter direito ao imposto sindical em 2008, quando, pela Lei 11.648/08, o governo Lula abriu mão de metade dos 20% que recebia para que ele fosse distribuído a seis entidades que atingem o mínimo de 7% de representatividade: CUT, Força Sindical, NCST, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Em 2010, elas receberam R\$ 102 milhões de imposto sindical, valor 20% maior que no ano anterior. O total que cada uma recebe leva em conta o número

de sindicatos associados e o número de trabalhadores filiados aos sindicatos.

Na ação, o DEM alega que as centrais não podem receber o repasse porque elas não existem na estrutura sindical determinada pela Constituição federal, que prevê apenas organizações vinculadas a uma categoria profissional específica: sindicatos, federações e confederações.

Com exceção da CUT, que em janeiro até enviou carta ao STF pedindo agilização do julgamento, as centrais consideram a ação do DEM tentativa de criminalização dos movimentos sociais e de desmobilização dos trabalhadores. Sobre a ADI do DEM, a CUT faz apenas a ressalva de que deve ser mantido o reconhecimento das centrais. Os principais gastos das centrais com o dinheiro do

DEM considera inconstitucional que as centrais sindicais recebam dinheiro do imposto sindical

imposto sindical têm sido para compra ou reforma de sedes regionais, formação dos sindicalistas, realização de congressos e campanhas de filiação de sindicatos. Só a partir deste ano elas terão que prestar contas desses gastos ao Ministério do Trabalho, conforme o Tribunal de Contas da União decidiu no ano passado.

Empregadores não são atingidos pela ADI porque não têm centrais sindicais. A instância máxima são confederações nacionais por segmento de atuação: Confederação Nacional da Indústria (CNI, presidida até outubro de 2011 pelo senador Armando Monteiro, do PTB-PE), Confederação Nacional da Agricultura (CNA, presidida pela senadora Kátia Abreu, do PSD-TO), a Confederação Nacional dos Transportes (CNT, presidida pelo senador Clésio Andrade, sem partido-MG), a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Confederação Nacional das Empresas Financeiras (CNF).



Artur Henrique, presidente da CUT, quer combater "sindicatos de gaveta"



Paulinho da Força: fim do imposto vai desmantelar movimento sindical

Foram 75 matérias votadas, 45 delas em decisão terminativa, e 13 audiências públicas sobre temas como Ato Médico e Rio+20

Nas comissões, fevereiro de votações e debates qualificados

AS COMISSÕES PERMANENTES do Senado realizaram em fevereiro 40 reuniões, incluindo 13 audiências públicas. Foram 34 encontros das comissões permanentes e outros seis de subcomissões. Resenha mensal elaborada pela Secretaria-Geral da Mesa informa que foram votadas 75 matérias, 45 delas em decisão terminativa. Além disso, foram apreciados 77 requerimentos.

Uma das audiências realizadas foi a da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no dia 28, para ouvir a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, sobre as prerrogativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para investigar e punir juízes.

Duas audiências debateram os preparativos e a posição do

Brasil com relação à Rio+20, que acontecerá de 20 a 22 de junho, no Rio de Janeiro. A situação dos planos de saúde privados, o fim do fator previdenciário e o reajuste salarial dos aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo também foram debatidos.

Entre as 30 matérias apreciadas em decisão não terminativa, esteve projeto de lei do Senado (PLS 158/10) que isenta do Imposto de Renda, até o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, os valores recebidos mensalmente por contribuintes

com mais de 65 anos. Projeto que prevê processo por dano moral no caso de recusa de cobertura dos planos e seguros privados de assistência à saúde (PLS 407/11) e outro que dispõe sobre o exercício da medicina, mais conhecido como Ato Médico (SCD 268/02), também foram aprovados em decisão não terminativa.

As comissões ainda sabatinaram postulantes a cargos que exigem aprovação do Senado. Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo foi confirmado embaixador do Brasil na Costa do Marfim e Roberto Tadeu Fernandes foi aprovado para diretor da

Comissão de Valores Mobiliários. Ricardo Machado Ruiz foi reconduzido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e Bernardo José Figueiredo como diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Em fevereiro, foi instalada a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Vicentinho Alves (PR-TO) e Eduardo Braga (PMDB-AM) serão presidente e relator, respectivamente. Também foi eleito Lauro Antônio (PR-SE) para o comando dos trabalhos da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, criada no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Comissões decidiram sobre indicações a cargos no Cade, na ANTT e na CVM

Seminários sobre os desafios das democracias

O Senado criou na sexta-feira comissão técnica para planejar, coordenar e realizar seminários que promovam o debate sobre os desafios das democracias modernas, das crises financeiras e da cultura. O trabalho deve contribuir para a diversificação do debate e das deliberações legislativas do Senado.

Com sete integrantes, a comissão será presidida pelo embaixador Jerônimo Moscardo. Os outros membros são o também embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, o jornalista Mauro Santayana, o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, o ex-ministro do STJ e vice-reitor acadêmico da Universidade do Legislativo (Unilegis), Carlos Fernando Mathias de Souza, e os consultores legislativos Antônio Helder Medeiros Rebouças e Pedro Pereira da Silva Costa.

A participação não será remunerada e contará com o assessoramento dos órgãos técnicos e administrativos do Senado. O grupo poderá requisitar análises, pesquisas, levantamentos estatísticos, bem como de recursos humanos e materiais, além de atuar em parceria com outras instituições públicas e privadas.

A criação do grupo está publicada no Boletim Administrativo de Pessoal (BAP) da última sexta-feira.



ACONTECEU NAS COMISSÕES



CPI da Violência contra a Mulher vai realizar audiências nos estados

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Violência contra a Mulher deverá priorizar atividades nas capitais dos estados para envolver no debate assembleias legislativas, autoridades estaduais e entidades locais de mulheres.

A sugestão foi feita pela presidente da CPI, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), na reunião da semana passada em que foram apresentadas sugestões para o plano de trabalho.

A CPI foi instalada em 8 de fevereiro para investigar a situação da violência contra a mulher e apurar denúncias de omissão do poder público.

Jô Moraes pediu esforço dos parlamentares para que a comissão possa ser encerrada no prazo legal de 180 dias, de modo que o período de campanha eleitoral não interfira nos trabalhos.

A deputada também pediu cooperação das universidades e lamentou a falta de diagnóstico mais profundo quanto à violência sexual que ocorre nas ruas.

A relatora da CPI, a Ana Rita (PT-ES), acredita que a comissão dará grande contribuição ao combate à violência contra a mulher no Brasil, que classificou como "uma grave situação ainda

não superada". Entre as estatísticas que apresentou, a senadora destacou o índice de homicídios de mulheres no país, superior à média mundial, e a verificação de que quatro em cada dez mulheres já foram vítimas de violência doméstica. A parlamentar sugeriu discussão sobre correções nos instrumentos de atendimento à mulher:

— Se uma mulher procura um órgão público, faz sua queixa e acaba sendo assassinada, alguma coisa não está funcionando bem — disse, ressaltando que a comissão não terá o objetivo de investigar casos individuais.

Ana Rita também chamou a atenção para a importância de audiências públicas nos estados e sugeriu ouvir ministros, procuradores, defensores públicos e outras autoridades.

A deputada Keiko Ota (PSB-SP) foi eleita por aclamação vice-presidente da comissão.

Também se pronunciaram na audiência as senadoras Ângela Portela (PT-RR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e os deputados Dr. Rosinha (PT-PR), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Sandra Rosado (PSB-RN), Luci Choinacki (PT-SC), Marina Sant'Anna (PT-GO) e Rebecca Garcia (PP-AM).



Relatora da CPI, Ana Rita conversa com Ângela Portela antes da reunião

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Marcelo Crivella toma posse como ministro da Pesca

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), agora licenciado, tomou posse na sexta-feira como ministro da Pesca e Aquicultura, substituindo Luiz Sérgio (PT-RJ), que voltará a exercer o mandato de deputado. O presidente do Senado, José Sarney, participou da solenidade no Palácio do Planalto ao lado da presidente Dilma Rousseff.

Após assinar o termo de posse, Crivella afirmou que já tem quatro metas para serem atingidas pelo ministério até 2022: dobrar o consumo *per capita* de peixe; quintuplicar a produção da aquicultura sustentável; duplicar a captura sustentável de peixes do mar; e gerar 1 milhão de empregos na área. Os objetivos, explicou, fazem parte de plano do PRB entregue à presidente Dilma no ano passado.

Crivella disse ainda que pretende criar instituição nos moldes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

— Devemos lutar para que a pesca seja tão importante quanto a agricultura no Brasil. Para atingir esses objetivos, precisamos de muita pesquisa. Precisamos de uma

“Embrapa da pesca” — disse.

O ministro também homenageou o ex-vice-presidente da República José Alencar, morto em março de 2011.

— Se hoje ele [José Alencar] estivesse aqui, estaria satisfeito ao ver seu PRB assumir uma pasta ligada ao setor produtivo ao qual ele devotou sua vida.

Além de reafirmar a importância da coalizão política que forma seu governo, Dilma também lembrou a contribuição de José Alencar ao governo Lula.

— A entrada de Marcelo Crivella no meu governo significa o reconhecimento do papel do PRB nesta grande coalizão que nos ajuda a governar. Na verdade, representa a volta do PRB ao exercício do Poder Executivo, já que o PRB esteve conosco durante o governo do presidente Lula, não apenas no ministério, mas na Vice-Presidência, com nosso querido José Alencar — disse a presidente.

Com a posse de Crivella, a vaga no cargo de senador vai ser ocupada pelo suplente Eduardo Lopes, ex-deputado federal e atual vice-presidente do PRB do Rio de Janeiro.



Crivella, em sua cerimônia de posse, com Sarney, Dilma e Gleisi Hoffmann

Na despedida, elogio ao papel do Senado para a democracia

Marcelo Crivella se despediu do Senado na quinta-feira para assumir o cargo de ministro da Pesca e Aquicultura. Ele ressaltou o compromisso da Casa com a democracia, com o interesse público e com o desenvolvimento do país.

Para Crivella, o Senado, em seus 185 anos de existência, tem desempenhado a “gloriosa missão de confrontar a opressão, clamar pelos espoliados diante das exorbitâncias do poder e porfiar constantemente pelo fortalecimento das instituições democráticas”.

— Afasto-me do Senado, mas não de suas tradições de ponderação, da suprema vocação democrática, do interesse público elevado à categoria santa de um dogma, do inegociável compromisso

de servir ao interesse nacional com idealismo e renúncia. Nesta Casa, não há quem não saiba que o único caminho para se engrandecer na política é servir ao povo — afirmou.

Ele disse ter “o coração estraçalhado” por não poder mais participar dos trabalhos no Senado e dos debates em suas comissões, mas, segundo ele, não seria possível deixar de atender o pedido de Dilma Rousseff. Crivella fez balanço de sua atuação, assinalando ter apresentado quase 400 proposições, sendo 232 projetos de lei e propostas de emenda à Constituição.

Em apartes, ele foi parabenizado por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Ana Amélia (PP-RS), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Lauro Antônio (PR-SE) e Paulo Paim (PT-RS).

Representantes do governo explicam que Rede Brasil Rural busca aperfeiçoar o comércio da produção e facilitar a logística de aquisição de insumos para associações e cooperativas de agricultores familiares



Marco Antonio Viana Leite, Acir Gurgacz, Márcia Quadrado e Jerônimo Rodrigues em debate na Comissão de Agricultura

Produção familiar ganha acesso digital ao mercado

MAIS EFICIÊNCIA NO comércio da produção e facilidade na logística de aquisição de insumos são alguns dos benefícios que o governo espera oferecer aos agricultores familiares por meio da Rede Brasil Rural, lançada no final de 2011. A implantação da iniciativa foi o tema de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Márcia Quadrado, explicou que as políticas instituídas pelo governo para a agricultura familiar deram condições para uma melhor produção, que precisa de canais para chegar aos consumidores.

— Temos uma produção familiar que tem uma contribuição importante a dar.

Consumidores poderão comprar produtos diferenciados da agricultura familiar por meio de plataforma de comércio virtual criada pelo ministério e operada pelos Correios. Uma das vantagens é a possibilidade de negociação coletiva dos produtores com fornecedores de insumos e transportadoras, reduzindo custos. O sistema de pagamentos está sendo discutido com o Banco do Brasil. O BNDES é parceiro do programa, como agente financiador.

De acordo com o coordenador da Rede Brasil Rural, Marco Antonio Viana Leite, a iniciativa deve facilitar o processo de compra dos insumos pelos pequenos agricultores.

— A quantidade de produtos comprada por um agricultor familiar é muito menor que a do grande e médio agricultor, o que gera dificuldades — disse.

O coordenador afirmou que a rede também contribuirá para a qualidade da merenda escolar. Em um espaço na plataforma, os gestores do Programa Nacional de Alimentação Escolar publicarão os editais, que serão distribuídos automaticamente para todos os fornecedores cadastrados no estado, que terão acesso a modelos de editais para isso, já que muitas prefeituras encontram dificuldade ao elaborar as chamadas.

O presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO) questionou sobre o acesso dos produtores familiares à internet, necessária para a utilização da plataforma. Márcia Quadrado explicou que o cadastramento está sendo feito, inicialmente, por entidades, como associações e cooperativas, que, em sua maioria, têm acesso à rede. “E espera-se que, com o Programa de Inclusão Digital, a internet chegue cada vez mais às áreas rurais”, acrescentou.

Oficinas capacitam produtores a usar Rede Brasil Rural

Para se cadastrar na Rede Brasil Rural, as entidades representantes da agricultura familiar precisam ter a declaração de aptidão ao Pronaf (Dap) de pessoa jurídica.

Segundo o coordenador da rede, Marco Antonio Leite, já foram cadastradas aproximadamente 600 mil famílias, por meio de cerca de 250 entidades (como associações e cooperativas), mas há quase 2 mil entidades com o Dap no Brasil.

Para atrair mais produtores, o Ministério do Desenvolvimento Agrário está promovendo lançamentos regionais e estaduais do programa e oferecendo oficinas de capacitação que familiarizam os produtores com a ferramenta.

O próximo lançamento está previsto para o dia 16, em Rondônia, com representantes de todos os estados da região Norte.

— Já fizemos cerca de 20 capacitações em 13 estados e ainda há uma extensa agenda pela frente — disse o secretário de Desenvolvimento Territorial do ministério, Jerônimo Rodrigues.

TV Senado: bancada do DF debate ocupação urbana

A ocupação urbana será tema de discussão da bancada do Distrito Federal no programa *Assunto de Estado* que vai ao ar hoje, ao vivo, às 21h30, na TV Senado. A nona edição do programa vai contar com Cristovam Buarque (PDT), Gim Argello (PTB) e Rodrigo Rollemberg (PSB).

O programa tem transmissão simultânea pela Rádio

Senado e cobertura da Agência Senado. Os telespectadores podem participar enviando questões aos senadores, com antecedência ou em tempo real, pelo telefone Alô Senado (0800-612211), pelo formulário de mensagens disponível na página www.senado.gov.br/alosenado e por meio do Twitter (@tvsenado).

A TV Senado opera com sinal

aberto no Gama (36 UHF), no restante do Distrito Federal (51 UHF — canais 51.01, 51.02, 51.03 e 51.04 digital), em São Paulo (canal 61.3 digital) e em mais dez cidades. Com sinal pago, pelos canais 7 da Net, 118 da Sky, 183 da TVA, 3 da Oi e 121 da Via Embratel. Os programas também podem ser assistidos e baixados pelo site www.senado.gov.br/tv.

A pauta do Plenário está trancada por medida provisória que criou o Programa Cinema Perto de Você e o Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica

Prioridade é projeto que beneficia cinema nacional

O DESTAQUE DA pauta do Plenário desta semana é o projeto de lei de conversão (PLV 3/12) que, entre seus principais objetivos, cria o Programa Cinema Perto de Você e o Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine).

Concede, ainda, incentivos para o setor cafeeiro e transfere, do Ministério dos Transportes para a Receita Federal do Brasil, a competência para administrar as atividades relativas a cobrança, fiscalização, arrecadação, rateio, restituição e concessão de incentivos do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante.

O PLV, que surgiu de modificações na Medida Provisória 545/11, está obstruindo as demais votações e perde a validade em 8 de março.

O Programa Cinema Perto de Você tem o objetivo de ampliar, diversificar e

descentralizar o mercado de salas de exibição cinematográfica no país. Prevê linhas de crédito e investimento para implantação de complexos de exibição e medidas tributárias de estímulo à expansão e à modernização do parque exibidor. Seu foco são as zonas urbanas, cidades e regiões brasileiras desprovidas ou mal atendidas pela oferta de salas de exibição cinematográfica. Para tanto, as ações previstas deverão envolver municípios e estados. O texto determina que, nas salas atendidas pelo programa, deverá ser priorizada a exibição de filmes nacionais.

A proposta também cria o Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica, a ser regulamentado pelo Poder Executivo e gerido pela Agência Nacional do Cinema (Ancine). Pelo regime, fica suspensa a exigência da

contribuição para o PIS-Pasep, da Cofins e do IPI incidentes em operações de compra e importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos para utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, por parte de pessoa jurídica beneficiária. A isenção também vale para a compra de material para a construção de novas salas.

Café

O projeto também suspende a incidência da contribuição para o PIS-Pasep e a Cofins sobre as receitas decorrentes da venda do café não torrado, exceto quando se tratar da venda para o consumidor final.

Os produtores sujeitos ao regime de apuração não cumulativa que exportem o café não torrado poderão descontar das contribuições percentual correspondente a 10% das alíquotas.

Requião acusa governador de propaganda enganosa

Roberto Requião (PMDB-PR) acusou o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), de usar propaganda enganosa ao atribuir para si obras e projetos que não seriam da responsabilidade do atual governo.

Em pronunciamento na sexta-feira, o senador disse que, “com astúcia e sem nenhum pudor”, Richa vem se vangloriando de ser o responsável pelo crescimento econômico paranaense nos últimos anos.

— Ele avança nos resultados das ações do governo alheio e vive de inaugurar o que eu fiz, porque em um ano de mandato nada fez, a não ser gastar em propaganda. Por isso, quer tirar casquinha e posar para foto com a ajuda da imprensa local, altamente subsidiada pela administração.

Requião também criticou o ex-governador Jaime Lerner, que, segundo ele, teria atribuído a si os resultados positivos de um programa de melhoria do café que, na verdade, o senador teria iniciado em sua gestão no governo do Paraná.



Senador critica o governador Beto Richa e o ex-governador Jaime Lerner

— Em 1992, no segundo ano de meu mandato, iniciamos, com sucesso, um programa de adensamento do café, que resultou num produto de melhor qualidade e em maior produtividade. Porém, a primeira safra do plantio adensado só ocorreu em 1996, quando Lerner, louco por publicidade, colocou no ar um comercial se dizendo o responsável pelo feito. Uma grossa fraude, uma fanfarra, retirada do ar logo depois pelo Conar [Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária] — afirmou.

Lerner também foi criticado por ter elevado as tarifas de pedágios nas rodovias estaduais, segundo Requião.

Mozarildo destaca bom uso de emendas por universidade

Autor do projeto de lei autorizando a criação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou o uso positivo de recursos de emendas parlamentares pela instituição. O senador disse já ter destinado R\$ 33 milhões em emendas para a UFRR, que viabilizaram, entre setembro de 2011 e fevereiro de 2012, a construção de um núcleo de pesquisas, do arquivo geral, do centro de convivência e do prédio do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

— São obras que foram feitas de maneira séria, com emendas aplicadas sem desvio.

Além de ter um curso de Direito dos mais bem avaliados do país e com alto índice de aprovação na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), segundo Mozarildo, a UFRR teria contribuído muito para projetar Roraima como o estado brasileiro com maior proporção entre universitários e graduados no conjunto da população.



Senador diz ter destinado R\$ 33 milhões em emendas para a UFRR



Senador espera licitação para renovar frota de ônibus sucateada

Rollemberg cobra transporte público adequado para o DF

Os problemas no trânsito do Distrito Federal passam obrigatoriamente pela melhoria do transporte coletivo. Sem isso, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) acredita que continuarão sendo registrados os cerca de 400 acidentes com morte anuais, uma verdadeira guerra civil.

Rollemberg apontou que, desde o início do atual governo, espera-se a realização de um processo licitatório para a renovação da frota sucateada. Prevista para abril do ano passado, a concorrência já foi adiada por duas vezes e está prevista para este mês.

— Estamos atentos e espero que desta vez, definitivamente, o governo do Distrito Federal lance essa concorrência.

De acordo com ele, a Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTrans) arrecadou, nos últimos quatro anos, cerca de R\$ 1 bilhão, “dinheiro que não está sendo aplicado na prevenção de acidentes, na educação para o trânsito, nem na conservação das vias públicas”.



Produção de café em Manhuaçu (MG): medida ainda concede incentivos para o setor cafeeiro e trata da Marinha Mercante

Comissão vota dedução de salário de empregado no IR

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota amanhã o projeto que permite a dedução do salário do empregado doméstico da base de cálculo do Imposto de Renda, até três salários mínimos (R\$ 1.866).

O projeto (PLS 270/11), do senador Roberto Requião (PMDB-PR), exige como contrapartida a comprovação de registro na carteira profissional do empregado e pagamento da contribuição previdenciária. Já aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), será analisado agora em decisão final pela CAE.

A relatora da proposta na comissão, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), deu voto favorável à aprovação da matéria.

Balança comercial e arrecadação em debate amanhã

A arrecadação e a balança comercial brasileira serão discutidas amanhã pela Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional e pela Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, ambas ligadas à CAE.

Em reunião conjunta das subcomissões, senadores irão analisar dois relatórios divulgados pelo governo federal. O primeiro é a *Análise da Arrecadação*, elaborado pela Receita Federal, com dados sobre a evolução da arrecadação em 2011 e em janeiro de 2012.

O segundo relatório trata da balança comercial brasileira, com números que demonstram a evolução do comércio exterior do Brasil durante o mesmo período.

CDR discute amanhã logística aeroportuária

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove, amanhã, o quarto e último painel do ciclo de debates sobre a situação dos aeroportos brasileiros, destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional nas áreas de logística, inclusão digital e guerra fiscal.

Estão convidados, entre outros, a diretora do Departamento de Gestão do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil, Fabiana Todesco; o gerente de Engenharia de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil, Tárk Pereira de Souza; e o diretor de Relações Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, Victor Rafael Celestino.